



*Eu venho dali.
Eu faço o céu retornar à sua mãe
quando por sua mãe o céu chorar,
e eu choro querendo o retorno de uma nuvem
para me conhecer.
Eu aprendi as palavras de tribunais manchados de
sangue
de forma a quebrar as regras.
Eu aprendi e desmantelei todas as palavras
para construir uma única: Lar*

Mahmud Darwich

PAPPE, Ilan. *A maior prisão do mundo. Uma história dos territórios ocupados por Israel na Palestina*. Tradução Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Elefante, 2025, 392 p. ISBN: 9786560081000

Está à disposição do público brasileiro mais uma obra que desnuda a longevidade do genocídio cometido pelo estado de Israel contra o povo palestino, bem como a variada gama de estratégias usadas pelos sionistas para concretizar esse projeto: *A maior prisão do mundo. Uma história dos territórios ocupados por Israel na Palestina*. O autor da obra é o historiador israelense Ilan Pappé. Pappé faz parte do grupo que ficou conhecido como Novos Historiadores Israelenses, que nos últimos cinquenta anos têm escrito trabalhos que contestam a versão oficial propagada por Israel para justificar a legitimidade da criação do seu Estado, em maio de 1948 e de suas ações colonizadoras e expansionistas subsequentes. Figuram nessa lista intelectuais como Avi Shlaim, Tom Segev e Benny Morris.

As pesquisas desses historiadores se basearam, sobretudo, na análise de fontes advindas dos arquivos secretos liberados para consulta transcorridos trinta anos da criação do estado, em 1978. A postura dos Novos Historiadores varia quanto às relações entabuladas com Israel e eles não atuam como um grupo organizado. O próprio Morris,

responsável por cunhar essa denominação, reviu algumas de suas posições que haviam promovido uma mudança considerável no paradigma que embasava a narrativa sionista. Depois de demonstrar que o exílio dos palestinos não havia sido majoritariamente voluntário e sim decorrente das ações militares das forças armadas de Israel, ele defendeu a ideia de que a expulsão foi episódica e não orquestrada pelos israelenses. A postura de Ilan Pappé foi mais linear ao longo de sua trajetória. Ele mantém uma crítica ferrenha às políticas genocidárias e de limpeza étnica do estado de Israel em toda sua extensa produção intelectual. Além da obra supramencionada, já foram traduzidas para o português *A limpeza étnica da Palestina, Brevíssima História do conflito Israel-Palestina, Dez mitos sobre Israel, História da Palestina Moderna*. Pappé, nascido em Haifa, em 1954, é filho de judeus alemães que fugiram da perseguição nazista. Depois de trabalhar na Universidade de Haifa entre 1984 e 2007, ele se exilou na Inglaterra e, atualmente, é professor na Universidade de Exeter.

A maior prisão do mundo foi publicado, originalmente, em 2017, ano em que um dos eventos mais emblemáticos dos conflitos envolvendo israelenses e palestinos completava cinquenta anos, a Guerra dos Seis Dias. O conflito de junho de 1967 foi marcante pois se configurou como um ponto de virada na forma como os colonizadores sionistas passaram a administrar os territórios habitados pelos nativos. Uma breve recapitulação dos eventos se faz necessária. Depois de votada pela ONU em 29 de novembro de 1947, a Resolução 181 determinou que o Estado de Israel fosse criado na Palestina. De acordo com o documento, 57% das terras foram designadas para o futuro estado israelense e 43% ficariam com os palestinos. Uma guerra se seguiu à recusa dos nativos de se submeterem as determinações internacionais que eles consideraram inaceitáveis, ao fim da qual os sionistas passaram a controlar 78% da Palestina histórica. Os 22% que couberam aos palestinos se resumiam à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, a primeira foi ocupada pelo Egito e a segunda foi anexada pelo rei da Jordânia, depois de um acordo com os israelenses. A cidade de Jerusalém foi dividida tendo sua parte ocidental ficado sob administração sionista e a oriental sob controle jordaniano. Nesse processo, que foi chamado pelos palestinos de *Nakba*, a catástrofe, mais de 750.000 nativos foram obrigados a sair de suas casas e a se exilar em diferentes regiões do Oriente Médio.

Entre 5 e 10 de junho de 1967, Israel venceu as forças conjugadas de Egito, Síria, Jordânia e Iraque. Depois disso, os israelenses ocuparam as Colinas de Golã na Síria, a Península do Sinai no Egito, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Esses três últimos passaram a ser denominados de territórios palestinos ocupados. Diversos mecanismos foram orquestrados e colocados em prática para que eles permanecessem sob controle israelense e é exatamente a partir dessa questão que Pappe constrói sua obra. O ponto fulcral é analisar a elaboração, materialização e implementação do aparato de controle e vigilância destinado a reprimir os anseios e manifestações do povo palestino e a preparar o terreno para a expansão do sistema de assentamentos na Cisjordânia e em Gaza. O livro mostra como o modelo de ocupação iniciado em 1967 pelos sionistas ainda não teve fim, assim como o encarceramento o povo palestino.

A edição brasileira apareceu no momento em que a etapa mais recente do genocídio promovido pelos sionistas estava perto de completar o segundo ano. A leitura de Pappe contrasta com o que foi diuturnamente veiculado pelas mídias hegemônicas preocupadas em enaltecer o direito de Israel de se defender. As falas do presidente do Knesset, Nissim Vaturi, de que os israelenses tinham o objetivo comum de extirpar a Faixa de Gaza da face da Terra, ou a do ministro da Defesa, Yoav Galant de que os palestinos seriam animais humanos, não demoveu de parte significativa da mídia os objetivos de legitimar as ações orquestradas por Benjamin Netanyahu e chanceladas pela maioria esmagadora da opinião pública israelense.

A obra de Ilan Pappe segue na contramão dessas tendências. Ele usa a história da colonização promovida por Israel nos moldes em que ela se manifestou a partir de meados nos anos 1960 para descrever alguns dos mais assombrosos ultrages a que vem sendo submetido o povo palestino nas últimas oito décadas. Em uma entrevista concedida recentemente no Brasil, Pappe condenou o ataque promovido pelo Hamas em 7 de outubro de 2023 e descreveu os atos como ataques terroristas, ainda que tenha enfatizado o direito do povo palestino de se defender. *A maior prisão do mundo* permite ver a perenidade das intenções sionistas de submeter e exterminar o povo palestino e sua manifestação através de diferentes estratégias ao longo do tempo. A absurda declaração de Yoav Galant em 2023, acima mencionada, é uma manifestação discursiva que se associa plenamente à prisão criada pelos israelenses sessenta anos atrás e que se

configura como personagem principal da obra de Pappe. Os objetivos propalados por Nassim Vaturi em 2025 se vinculam às ações apresentadas por Moshe Dayan, ministro da Defesa entre 1967 e 1974 e um dos principais artífices da megaprisão, em uma entrevista concedida ao jornal Haaretz de 04 de abril de 1969.

Vimos para este país que já estava ocupado por árabes e estamos estabelecendo aqui um Estado hebraico judeu. Em áreas consideráveis do país [a área total era de cerca de 6%] adquirimos terras de árabes. Aldeias judaicas foram construídas no lugar das aldeias árabes. Você nem ao menos sabe o nome dessas aldeias árabes, e eu não o culpo, porque esse atlas geográfico nem existe mais; não só o atlas não existe mais, como as próprias aldeias árabes não existem mais. Nahalal [povoado do próprio Dayan] surgiu no lugar de Mahalul; Gevat surgiu no lugar de Jibta; [o kibutz] Sarid surgiu no lugar de Haneifs; e Kefar Yehoshua surgiu no lugar de Tell Shaman. Não há um único lugar neste país que não tivesse antes uma população árabe.¹

O que mais chama a atenção é que o general Dayan não teve qualquer pudor em desnudar o *modus operandi* do estado de Israel em seus intuitos de apagar os palestinos e sua História milenar em sua terra natal em uma entrevista. Essas informações não foram colhidas de fontes secretas ou dos arquivos das forças armadas. Elas estão presentes em um dos jornais de maior circulação em Israel. Essa é uma das contribuições, um dos propósitos, poderíamos dizer, dessa obra de Pappe. Evidenciar a longevidade e a capacidade de metamorfose manifestadas pelas estruturas criadas por Israel para consolidar o domínio sobre a Palestina e seus povos nativos. *A maior prisão do mundo* mostra que antes mesmo da Guerra de 1967, os sionistas já executavam o plano destinado a subjugar os palestinos através de uma gigantesca prisão a céu aberto. Plano Shacham era o codinome de um programa denominado Organização do Regime Militar dos Territórios Ocupados. Shacham era o sobrenome do governador militar dos territórios palestinos em Israel, de onde saiu a alcunha do projeto. Orquestrada em 1963, a ideia era criar uma estrutura que pudesse implementar o controle militar da Cisjordânia. Os trabalhos foram conduzidos por uma equipe multidisciplinar composta por professores da Universidade Hebraica, por oficiais do Ministério do Interior e por membros da ala jurídica do exército. “A Cisjordânia, é claro, ainda não havia sido ocupada, mas é bastante significativo que, quatro anos antes da efetiva ocupação, os militares israelenses já tivessem preparado uma infraestrutura judicial e administrativa para controlar a vida dos palestinos que viviam nesse território (p. 23).”

¹ SAID, E. A questão palestina. Tradução Sonia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 16.

O livro de Ilan Pappé ajuda a derrubar por terra a ideia veiculada pela historiografia israelense oficial de que a Guerra dos Seis Dias foi defensiva e que as forças armadas do Estado sionista atacaram seus adversários preventivamente. Michael Oren e Yoram Dinstein fazem parte do grupo que defende essa teoria. O primeiro afirma que a existência de Israel estava em risco e que a conduta do Egito prenunciava um ataque iminente, o segundo cunhou o conceito autodefesa interceptiva para tentar justificar o ataque sionista diante do que seria a inevitabilidade do ataque egípcio, explicitado pelo conjunto de medidas tomadas pelo presidente Gamal Nasser nos dias que antecederam à guerra. Pappé afirma que a ideia de controlar a Cisjordânia nasceu logo depois da Guerra de Suez, travada entre israelenses e egípcios em 1956, mas os sionistas perceberam que o contexto não era favorável a essa empreitada. A instabilidade política de países vizinhos nos primeiros anos da década de 1960 foi a fagulha para que o plano fosse elaborado (p. 24).

Além das notícias veiculadas por jornais israelenses como o Haaretz e o Maariv, as principais fontes utilizadas por Ilan Pappé são as reuniões de governo encontradas nos Arquivos do Estado de Israel. Elas oferecem a oportunidade de encontrar quase sem filtro as opiniões da alta cúpula política israelense que articulava a implementação da prisão nos meses que se seguiram à Guerra dos Seis Dias. Quase, porque Pappé nos informa que, em algumas ocasiões, a censura apagou debates ministeriais dos registros documentais. Isso não impede, contudo, que possamos conhecer as agendas políticas e as bandeiras dos diferentes agentes políticos envolvidos no processo de criação da prisão.

O livro mostra que prisão foi o caminho escolhido para que os territórios palestinos ocupados ficassem sob vigilância permanente, o que ensejou outras preocupações que tomariam parte dos debates ministeriais que servem de fonte para Pappé. Diante da decisão de que o povo palestino não seria expulso em massa, foi necessário decidir o que seria feito com ele, uma vez que, obviamente, não lhe seria concedida a cidadania. A saída encontrada pelos sionistas foi a de dividir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia em várias porções que se marcariam pela separação entre judeus e palestinos. Diante dessa decisão, nas reduzidas porções de terra que lhes haviam sido designadas – e que não deixariam de ser esquartejadas com o passar dos anos – os nativos deveriam aceitar a falta de liberdade e renunciar ao direito de autodeterminação,

“caso rejeitassem as novas circunstâncias, seriam encarcerados em uma prisão de segurança máxima (...) se cooperassem, poderiam desfrutar de uma prisão aberta, administrada por eles de forma autônoma” (p. 107).

O autor assevera que o que determinaria a maior ou menor opressão por parte dos carcereiros sionistas seria a resignação dos palestinos em renunciar ao seu direito de cidadania, às suas demandas sociais, ao seu acesso à participação política, à sua liberdade de circulação. A prisão não se marcava ‘apenas’ por uma vigilância seguida de repressão militar severa, mas também por uma estrutura burocrática que submetia todas as instâncias cotidianas da vida dos palestinos aos ditames de Israel, além de um aparato jurídico que ajudava a chancelar a opressão. Destarte, havia uma administração civil e um complexo militar que atuavam juntos na lógica da punição coletiva e reiterada contra os nativos palestinos. A prisão variou no tempo e no espaço. Ela assumiu as formas de uma prisão aberta, de segurança máxima ou mista. As modalidades variavam de acordo com o território palestino em questão e com o grau de resistência que os nativos e nativas oferecessem à ocupação.

Assim, a resistência do povo palestino balizaria a conduta do sistema repressor israelense de que a megaprisão era a principal manifestação. O livro visita as duas intifadas como momentos mais emblemáticos – mas não os únicos – em que os palestinos e palestinas se organizaram e orquestraram diferentes modalidades de resistência, tais como marchas não violentas, boicotes e ações militares. Pappe mostra como a ideia do cerceamento de liberdade travestido de um falacioso acordo de paz vendido pelos sionistas como uma proposta de convivência pacífica não foi aceita pelo povo da Palestina. A Primeira Intifada (1987-1993) é o contexto em que surge o Hamas que se materializa como proposta de resistência palestina frente à opressão israelense, mas também como manifestação da luta islâmica global antiocidental (p. 279). As punições ficaram mais severas, novos aparatos de controle foram criados e alguns dos que eram temporários foram perenizados. A promoção da escassez hídrica, da escassez de terras e do desemprego em massa dos palestinos foram algumas das várias estratégias potencializadas pelos sionistas para desumanizar, fechar o cerco e aumentar a brutalidade do tratamento dispensado aos nativos.

À Primeira Intifada seguiu-se o processo de paz de Oslo que, segundo o autor, estava fadado ao fracasso desde o começo, antes de tudo pela vinculação primaz que se

estabeleceu entre partilha geográfica e paz, mas também, pela recusa de se conceder aos palestinos uma de suas demandas históricas, o direito de retorno dos refugiados. Logo depois do fracasso de Oslo, teve início a Segunda Intifada (2000-2005) muito mais violenta do que a primeira e reprimida com ferocidade inaudita. O fim dessa intifada marca, segundo Pappe, um ponto de virada na colonização sionista na Faixa de Gaza. “Gaza se tornou oficialmente um alvo do exército de Israel, como se fosse uma imensa base inimiga, e não um lugar onde moram milhões de civis” (p. 328-329). Teria começo, depois dessa intifada, um novo modelo de prisão de segurança máxima. Ao aparato militar tecnológico israelense – um dos exércitos mais poderosos do mundo – os palestinos ofereceriam a resistência baseada em foguetes de fabricação caseira. Na Cisjordânia, o tratamento não foi menos brutal. Mesmo estando menos sitiada do que Gaza, a Banda Ocidental não escapou ao esquema da megaprisão e, depois da Segunda Intifada, o direito de circulação dos palestinos passou por um severo recrudescimento e as punições coletivas se intensificaram a partir das ações conjugadas das forças repressoras do estado sionista e das investidas dos colonos ilegais que, em 2016, já ocupavam 40% da Cisjordânia.

Além de um prefácio exclusivo à edição brasileira, o livro conta com uma seção de mapas que mostram a Palestina histórica, as subdivisões advindas das guerras de expansão sionista e as divisões atuais marcadas pela explosão do número de assentamentos. Salta aos olhos a impossibilidade de compreender o conflito entre sionistas e palestinos a partir das informações apriorísticas e rasteiras oferecidas pela mídia depois da operação Dilúvio Al-Aqsa, promovida pelo Hamas em 7 de outubro de 2023. Como evidencia Pappe, é necessário recorrer ao processo de colonização que perdura até hoje e que foi implementado depois da Guerra dos Seis Dias. Essa está umbilicalmente atrelada ao conflito de Suez, ocorrido em 1956, que, por sua vez, se configurou como uma retomada dos anseios expansionistas israelenses manifestados já em 1948 – antes disso, a bem da verdade – de aproveitar – e criar – todas as oportunidades para ampliar o território palestino sob seu controle. Assim, a criação da megaprisão foi uma das fases do projeto sionista de forjar um estado puramente judeu na Palestina histórica, que pode ser identificado antes mesmo de 1948. Pappe nos mostra que o ataque do Hamas em 7 de outubro foi um ponto de chegada, não de partida, do genocídio do povo palestino.

Bruno Casseb Pessoti

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6173640554714465>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6905-0570>